

O INDIVÍDUO NA FORMAÇÃO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

The individual in the formation of the contemporary city

El individuo en la formación de la ciudad contemporánea

Fernando Fayet de Oliveira, Mestrando do Programa de Pós Graduação em Arquitetura da Universidade Estadual de Londrina, fernando.fayet@uel.br

Leonardo Cassimiro Barbosa, Programa de Pós Graduação em Arquitetura da Universidade Estadual de Londrina, lbarbosa2@uel.br

RESUMO

A estrutura da cidade contemporânea tem sua origem na cidade moderna, que emergiu pós-revolução industrial, em decorrência das novas relações de produção colocadas. As mudanças, na transição da modernidade à pós-modernidade, não se restringem ao território, e refletem no indivíduo, e a personalidade cosmopolita perde sua razão de existir. Propõe-se analisar como a disciplina da sociologia urbana compreende as mudanças ocorridas na sociedade e no indivíduo em meio a estes processos. Procura-se ainda compreender, em especial o processo de dispersão urbana e a formação do indivíduo antiurbano bem como a relação entre ideologia e conformação do território. Para tanto, fez-se uso de revisão da literatura no que tange o ideário de cidade moderna, suas transformações e dispersão no território ao longo do século XX e o papel do indivíduo neste território em transformação. A pesquisa demonstra a complexidade de compreensão do espaço urbano contemporâneo, demonstrando-o como resultado da relação recíproca entre o indivíduo e o espaço produzido e como este fato tem agravado a segregação socioespacial, bem como a tendência de individualização das relações e a tendência antiurbana da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Dispersão urbana, História do Planejamento Urbano, Antiurbano, Sociologia Urbana

Linha de Investigação

B2_Os Desafios da Cidade e do Território no Século XXI: B2.2_Desigualdades urbanas e segregação socioespacial;

ABSTRACT

The structure of the contemporary city has its origin in the modern city, which emerged after the industrial revolution, as a result of the new relations of production. The changes, in the transition from modernity to post-modernity, are not restricted to the territory, and reflect on the individual, and the cosmopolitan personality loses its reason to exist. It is proposed to analyze how the discipline of urban sociology understands the changes that occur in society and in the individual in the midst of these processes. It also seeks to understand, in particular, the process of urban dispersion and the formation of the anti-urban individual, as well as the relationship between ideology and the conformation of the territory. In order to do so, a literature review was used regarding the ideas of the modern city, its transformations and dispersion in the territory throughout the 20th century and the role of the individual in this territory in transformation. The research demonstrates the complexity of understanding contemporary urban space, demonstrating it as a result of the reciprocal relationship between the individual and the space produced and how this fact has aggravated socio-spatial segregation, as well as the tendency of individualization of relationships and anti-urban feeling in contemporary society.

Keywords: Urban Dispersion, History of Urban Planning, Anti-Urban, Urban Sociology

Linha de Investigação

B2_The Challenges of the City and the Territory in the XXI Century – B2.2_Urban Inequality and Socio-Spatial Segregation;

RESUMEN

La estructura de la ciudad contemporánea tiene su origen en la ciudad moderna, surgida tras la revolución industrial, como consecuencia de las nuevas relaciones de producción implantadas. Los cambios, en el tránsito de la modernidad a la posmodernidad, no se restringen al territorio, y se reflejan en el individuo, y la personalidad cosmopolita pierde su razón de ser. Se propone analizar cómo la disciplina de la sociología urbana entiende los cambios que se han producido en la sociedad y en el individuo en medio de estos procesos. También busca comprender, en particular, el proceso de dispersión urbana y la formación del

individuo antiurbano, así como la relación entre la ideología y la conformación del territorio. Para ello, se utilizó una revisión bibliográfica sobre las ideas de ciudad moderna, sus transformaciones y dispersión en el territorio a lo largo del siglo XX y el papel del individuo en este territorio cambiante. La investigación demuestra la complejidad de entender el espacio urbano contemporáneo, demostrándolo como resultado de la relación recíproca entre el individuo y el espacio producido y cómo este hecho ha agravado la segregación socioespacial, así como la tendencia a la individualización de las relaciones y la anti- sentimiento urbano en la sociedad contemporánea.

Palavras chave: Dispersión Urbana, Historia De La Planificación Urbana, Antiurbano, Sociología Urbana

Linha de Investigação

B2_Los Retos de la Ciudad y el Territorio en el Siglo XXI – B2.2_Desigualdad Urbana y Segregación Socio-espacial.

1. Introdução

A partir da segunda metade do século XX, a cidade moderna se dilui no território, os centros urbanos se tornam áreas degradadas e a centralidade urbana é substituída por uma forma de policentrismo, botando fim à dialética centro-periferia. Na contemporaneidade, a cidade, a moradia e os modos de viver se transformaram, não significando, no entanto, a melhoria das condições de vida da população em geral, marcada, principalmente, pela segregação socioespacial. Neste sentido, o indivíduo também muda. A personalidade cosmopolita de outrora perde seu significado com a dispersão urbana, e dela emerge seu oposto. Não há mais o sentimento de pertencimento, de multidão — mas sim uma sensação de degradação ética da cidade ao mesmo tempo que o vizinho se torna um estranho (SENNETT, 2020). Há segundo o autor relação entre a dispersão da cidade e o surgimento do caráter antiurbano no indivíduo, que perde a confiança nas instituições e sofre com a insegurança e a instabilidade causadas pela crise que as cidades — e o capitalismo — passam, ao fim da modernidade, com a passagem para a segunda metade do século XX. Esta tendência ao (ou caráter) antiurbano pode ser descrito como um fenômeno urbano causado por uma questão moral, caracterizado pelo isolamento voluntário e justificado pela desconfiança da cidade, a hostilidade ao diferente e o culto ao individualismo. Não se confunde com o fenômeno da suburbanização pois esta não possui carga moral, enquanto a tendência antiurbana é uma reação de fuga do que se considera degradação econômica, moral e cívica da cidade.

Sobre o tema, Hall (2014) destaca que o caráter antiurbano pode ser identificado anteriormente ao processo de suburbanização — e, portanto, anterior a disseminação do uso do automóvel particular — nos planos urbanos Fascista e Nazista, de retorno a vida campesina e nostalgia pré-moderna. O autor explica que a correlação entre a suburbanização e o automóvel, de caráter antiurbano, se deu na Los Angeles de 1930, onde a dependência do carro era prematura e a cidade de subúrbios espelhava a busca pela (ou ânsia por) liberdade — e a aversão à cidade. Estas ideias, que uniam o espírito do individualismo norte-americano e as técnicas de planejamento de cidades e regiões e a arquitetura de edificações, foram, segundo o autor, teorizadas por Frank Lloyd Wright na sua *visão usoniana*. Foi, no entanto, a busca por lucro dos construtores e imobiliários da época que as fez serem efetivamente projetadas e edificadas. Finda a Segunda Guerra Mundial, se tem um aumento demográfico generalizado, os trinta anos de desenvolvimento do *Welfare State*, o surgimento e a queda do novo modo de vida da classe média cidadina, bem como o fim do que se convencionou chamar de Modernidade. Se inicia então um período marcado pela crise das cidades, aumento da pobreza urbana e instabilidade cultural, e é onde a tendência antiurbana novamente floresce — com forma diferente, desta vez, do ideário anterior, marcado por ideais eugenistas, sanitaristas e até anticomunistas.

O presente artigo, de caráter exploratório, tem como objetivo compreender como as alterações nos aspectos físicos e territoriais das cidades no século passado, que culminam na formação da cidade contemporânea, se relacionam com as mudanças de percepção e comportamental do indivíduo que habita esta cidade no mesmo período. Portanto, o trabalho busca, por meio da revisão da literatura, compreender se, na formação do território disperso e fragmentado que caracteriza a cidade contemporânea é possível identificar relação com o ressurgimento da tendência antiurbana supracitada. Para tanto, fez-se uso de literatura consolidada que descreve esta cidade em transição, tendo como base os estudos de Harvey (1992), Villaça (1998), Santos (2005), Reis Filho (2006), Hall (2007) e Secchi (2006) -, e as relacionam com bibliografia da sociologia urbana e cultural de análise da transformação do indivíduo e da sociedade, nos estudos de Sennett (2015; 2020) e Secchi (2019). São confrontados, na tentativa de explorar o tema, diferentes conceitos a fim de explicitar a questão e possibilitar a construção de hipóteses, como por exemplo: as ideias de dispersão residencial e o individualismo que permeia a contemporaneidade; a relação da democratização do espaço e a fragmentação do território; a contraposição do isolamento homogeneizado e da difusão heterogênea; a segregação

socioespacial e a “pseudoespecação”, gerada pelos sentimentos de desconfiança e solidariedade - entre outros. O artigo se desenvolve pontuando diferentes tópicos, separados em dois temas, um que procura descrever a cidade, e o outro, que descreve o indivíduo. Os tópicos muitas vezes se entrelaçam em aparente correlação, sendo os principais: as diferenças entre cidade tradicional, cidade moderna e cidade contemporânea; o fenômeno da dispersão e sua relação com as novas formas de morar, com a obsolescência prematura da moradia no espaço urbano consolidado e a consequente mercantilização do local de moradia como *lifestyle*, produto comercializável com a ideologia de fuga do “caos urbano”, produzindo a fragmentação urbana ao ocupar porções periféricas e(ou) rurais; as mudanças socioeconômicas e culturais no transcorrer do último século, como o fim do *Welfare State*, os avanços tecnológicos e o crescente individualismo; as proposições de justa distância e retomada do ordinário; as mudanças na ética civilizatória e no espírito republicano; a relação entre a democratização do espaço, o autoisolamento, a rejeição ao outro e a tendência antiurbana. Assim, de forma sucinta, se propõe analisar como o processo de estruturação urbana e a formação da cidade contemporânea do fim do século XX, que conformam a cidade dispersa se relaciona com as mudanças que ocorrem no indivíduo da era moderna e como, deste novo ambiente, surge o indivíduo da contemporaneidade.

2. A Formação do Espaço da Cidade Contemporânea

A cidade contemporânea é objeto de uma grande quantidade de estudos e discussões realizadas que não se limita a arquitetos e urbanistas, mas também é interesse de profissionais de diversos campos, como geógrafos, engenheiros, profissionais da saúde, sociólogos e historiadores. Das análises e suas intersecções surge a chamada questão urbana e uma destas análises é a tentativa de compreender a transição do espaço moderno para o contemporâneo. Compreender esta transição é relevante pois ela abarca boa parte do século XX, e, embora haja especificidades locais, é um processo influenciado por questões globais, como as transformações tecnológicas, sociais e econômicas que acarretam mudanças no espaço habitado. Este fenômeno da cidade contemporânea, resumidamente, pode ser compreendido, por seus aspectos físicos, pelo aumento de fluxos e pela transitoriedades de usos, pela sobreposição de diversos sistemas em redes, pela heterogeneidade quando vista em grande escala, e pela fragmentação e dispersão do espaço urbano quando percebida em pequena escala (HARVEY, 1992; SECCHI, 2006).

No que tange os aspectos psicológicos, estes marcam a vivência do indivíduo que habita este espaço a imprevisibilidade e a sensação de mal-estar (SECCHI, 2019). Neste sentido, Sennett (2020) explica que isto se dá a partir da progressiva separação entre comunidade e cidade (denominados por ele *cit* e *ville*), ou seja, a cidade deixa de ser o local de vivência dos habitantes. O autor explica que a ruptura da cidade tradicional é proposta teoricamente pela primeira vez com o *Plan Voisin* de Le Corbusier e a Carta de Atenas, que propunham a difusão de preceitos e ideias do urbanismo modernista – que se baseava nas ideias de segregação das diversas atividades cotidianas de uma pessoa, espacializadas de forma concentrada em grandes edifícios no território, e tornando o veículo de transporte individual parte essencial da locomoção entre estas atividades. Este preceito do urbanismo modernista, portanto, é parcialmente abarcado na cidade contemporânea, sendo que “A ideia do espaço público como derivação do movimento corresponde exatamente às relações entre espaço e movimento produzidos pelo automóvel particular. Não se usa o carro para ver a cidade [...]” (SENNETT, 2020: 342). No sentido de que as distâncias percorridas no cotidiano aumentaram e a paisagem, dispersa e homogênea da cidade contemporânea, não ser estimulante. Por outro lado, HALL (2007) explica que o movimento cidade-jardim, outra corrente urbanística de grande repercussão na primeira metade do século XX, baseada em uma urbanização orgânica, adequada ao terreno, centrada na ideia de habitação como unidade unifamiliar, inflamou o idealismo suburbano, que caracteriza a cidade contemporânea.

O século XX, denominado por Secchi (2006) de “século breve” em razão dos diversos acontecimentos e processos que impactaram na concepção do espaço urbano – experiência modernista, reconstruções pós-bélicas, *Welfare State*, formação e consolidação das metrópoles e megalópoles –, caracteriza um período de transição entre a cidade moderna e a contemporânea. Assim, a cidade da metade do século XX, de valores posicionais bem definidos, certa coerência entre forma urbana e uso do solo e movimentos sistemáticos casa-trabalho, inicia um processo de transição para um espaço urbano instável, em constante transformação, resultando em uma forma urbana heterogênea, fragmentada e polinucleada. Os avanços tecnológicos, como o automóvel, a televisão, a internet, o celular, o cartão de crédito, entre outros, resultam, na contemporaneidade, em uma nova forma de conexão dos indivíduos, uma vizinhança artificial baseada simultaneidade de presença e onisciência dos acontecimentos que destroem o vínculo de proximidade físicos que conformaram a base e o significado da cidade tradicional (SECCHI, 2006).

Ao longo da segunda metade do século XX, a cidade, a moradia e os modos de viver se transformaram, sendo evidente o avanço do urbano sobre o rural, no sentido de expansão das cidades, caracterizadas, no entanto, pela piora das condições de vida da sua população, conformando o que pode ser considerado um “abismo de renda e desenvolvimento” (DAVIS e CARILLO JUNIOR, 2006:159). A questão urbana na contemporaneidade impõe então ao urbanista a necessidade de tentar compreender este fenômeno de dispersão das cidades, que pode responder por vários nomes. Segundo Davis e Carillo Junior (2006) este fenômeno pode ser denominado de diversas maneiras, mas possuem padrões e muitos pontos em comum: cidade intermédia, paisagem hermafrodita, paisagens de transição, espaço periurbano, etc. Independentemente da nomenclatura, a descentralização é o movimento que marca “a paisagem que define o século XXI tanto nos países ricos quanto nos pobres, [...] herança de uma conjuntura política global”. Santos (2005:40) explica a transformação do território neste processo, que, considerado matéria-prima para a produção industrial da era moderna, converte-se em canal de transporte em função da produção técnico-científica, do sistema de telecomunicação e da produção de energia. Com isto, o autor considera que, devido às transformações tecnológicas, a produção não mais depende da disposição concentrada dos meios de produção e da infraestrutura necessária para tal; a infraestrutura pode ser mais dispersa e adquire a função de transportar, materialmente ou não, dados e produtos. A dispersão constitui, assim, um fenômeno contemporâneo, sobretudo nos arranjos metropolitanos marcados pela fragmentação do território, o que conforma uma rede polinucleada, fruto, sobretudo, das transformações recentes nos meios produtivos, de comunicação, nos avanços da mobilidade, bem como das mudanças no modo de vida. A urbanização dispersa, caracterizada pela formação de pequenos centros vinculados a eixos estruturadores como rodovias e ferrovias que exercem influência regional, pressupõe um novo olhar para a dinâmica de crescimento urbano, uma vez que a cidade tradicional, caracterizada por um tecido urbano contínuo, de expansão calculada e limites legíveis já não é mais a regra.

A ruptura da forma de conceber e imaginar as cidades do planejador modernista torna necessário reconhecer que os processos de estruturação urbana dispersa da cidade contemporânea como o produto de ideais, de planos urbanísticos, da construção de rodovias e infraestrutura, de projetos e estratégias das incorporações imobiliárias, do capital acumulado e dos pacotes econômicos — e, algumas poucas vezes, da mobilização e da participação popular (MORI, 2015). Então, diante destas mudanças, Sennett (2020), declara a fratura do urbanismo como disciplina, compreendida por ele como dividida entre os conhecimentos da construção e da habitação. Ou seja, o autor ressalta as diferenças entre projeto e obra, intenção e matéria. Secchi (2007), por outro lado, aponta a necessidade de uma nova reflexão sobre a “justa distância”, conceito que traz da técnica projetual a fim de ordenar a dispersão, fazendo uso de informações espacializadas de forma a minimizar os impactos negativos da fragmentação no espaço urbano no território, como encarecimento da infraestrutura, e maiores dificuldades para os padrões de mobilidade e o consumo de áreas naturais. O autor reconhece o esforço necessário para haver uma melhor compreensão do novo fato, que é a cidade difusa. O autor ainda descreve esta cidade, que se forma como a imagem oposta de sociedade, onde flexibilidade, competitividade e desigualdade são frutos do insucesso do *Welfare State* em garantir o tão almejado desenvolvimento igualitário e difuso.

Fora do mundo ocidental, algumas cidades cresceram desmesuradamente, propondo modelos, temas e problemas parcialmente diversos daqueles conhecidos da experiência europeia e norte-americana. Essas cidades tornaram-se, ao mesmo tempo, espantosas concentrações de pobreza e importantes novos centros da economia mundial. Em outras palavras, o século breve pode ser interpretado como uma longa, e muitas vezes difícil, transição de uma forma de cidade que só agora começamos a compreender, aquela moderna, à uma cidade, aquela contemporânea, cujos delineamentos mostram-se ainda incertos e indeterminados. (...) Criticada muitas vezes por seus mais notáveis resultados por exemplo, os resultados urbanísticos alcançados nas cidades do século XIX - a modernidade suscita hoje sentimentos de nostalgia, apresentando-se como um lugar seguro onde, para alguns, seria belo retornar; um lugar não sempre e nem para todos, feliz, mas dotado, ao menos, de uma ordem própria e protegido do imprevisto. Por sua vez, o mundo contemporâneo, ainda que mais livre, para muitos, mostra-se confuso, dominado pelo caos, desprovido de forma, incompreensível e imprevisível; por isso, causa de um novo e difuso mal-estar individual e coletivo" (SECCHI, 2006:86).

Assim, estas transformações tornam o espaço da cidade, em seu senso de espaço público, diminuído, pois nota-se restrição às dimensões do coletivo, e a desvalorização do espaço público como local de experiência

social (SECCHI, 2007). O autor aponta a necessidade de uma nova interpretação e novo projeto para a cidade contemporânea, baseado na retomada do ordinário, pois, devido às ambiguidades e complexidades surgidas na sociedade, na transição para a contemporaneidade como descrita, sentiu que os temas simples foram abandonados (SECCHI, 2007). Compreendeu-se os maus usos que foram feitos do planejamento, como instrumento de mera retórica ou de discursos vazios, distante da realidade, e se propõe uma retomada baseada na cidade real.

O que fazem então os planejadores? Sua resposta é que eles produzem planos: o processo de planejamento, como sói ser praticado na sociedade, faz dos planejadores consultores-espectadores para decisões que estão sendo tomadas alhures, por líderes políticos e homens de negócios; suas ideias — seja em assuntos físicos ou sociais — encontram pouca acolhida entre a maioria dos moradores brancos de classe média dos subúrbios, que prefeririam uma expansão suburbana de densidade ainda mais baixa (HALL, 2007:425).

No entanto, as transformações do modo de viver e no *lifestyle* proposto – e comercializado –, porém, podem ser compreendidas como projeto que substitui e suplanta o planejamento e as ideologias propostas pelos urbanistas contemporâneos, como os reformistas. Villaça (1998) explica que a nova forma de morar destas classes médias é parte do produto comercializado por incorporadoras imobiliárias, que se aproveitam da difusão da propriedade do automóvel e do baixo preço da gleba rural na periferia para oferecerem moradias o mais longe possível. Tornam obsoletos de forma prematura os bairros e residências existentes, com a ajuda da produção de novas ideologias, novos estilos de vida e de formas de morar. A cidade contemporânea, portanto, não pode ser reduzida simplesmente a um erro, da falta de planejamento ou da incompetência da administração pública, mas deve ser entendida como um território em disputa. O resultado é a densificação e urbanização do campo, reflexos deste novo estilo de vida (SECCHI, 2007:131).

O processo de descentralização em metrópoles e cidades médias que transforma a paisagem em suburbana e segregada, é caracterizada essencialmente pela moradia individualizada – em expressão claramente oposta aos conjuntos habitacionais e habitações sociais propostos pela vanguarda modernista do século anterior. Há, portanto, uma mudança que ocorre no centro das cidades, em que o imaginário urbano é deslocado e cria uma nova relação entre homem, sociedade e cidade. Neste sentido, a experiência urbana, originalmente baseada em convívio entre diferentes, torna-se ambígua, no sentido de que a proximidade física não significa convivência ou tolerância, e a distância não significa mais desconexão, configurando o que Sennett (2020) chamou de “morte da distância”, devido às transformações nas formas de comunicação e à crescente segregação socioespacial.

A descentralização se deve, em seu aspecto físico, segundo Reis Filho (2006), ao movimento dialético de concentração e dispersão que ocorre entre a distribuição de infraestruturas e de meios produtivos. Primeiramente, se tem a centralização industrial, devido ao impacto das rodovias e da distribuição de infraestrutura em geral — reais determinantes da localização da ocorrência da urbanização. Em seguida, há a dispersão, por meio do sistema viário, beneficiado pela mobilidade conferida pelos eixos regionais. Tem-se também a dispersão de grandes equipamentos, considerados potenciais formadores de centralidades. Por vezes, este processo se deu decorrente também do deslocamento espacial de bairros de média e alta renda. Neste território urbano esgarçado, onde o urbano cada vez mais se funde com o rural, Reis Filho (2006) explica que, na escala regional, a impressão é de continuidade, dada a sucessão de cheios e vazios, ao passo que na escala aproximada, torna-se visível a fragmentação. Neste sentido, ao caracterizar o território que se forma, Santos (2005) destaca a superação da situação centro-periferia e a conformação de um território polivalente que passa por processos paralelos de metropolização e desmetropolização — se forma uma área “contínua, onipresente e incompleta”, marcada pela intensa divisão do trabalho.

[...] as cidades ocupam, de modo geral, vastas superfícies entremeadas de vazios. Nessas cidades espalhadas, característica de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infraestruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população [...] (SANTOS, 2005:106).

No Brasil, Coelho (2015) descreve a paisagem periférica, cada vez mais comum nas áreas metropolitanas brasileiras, nas últimas duas décadas, marcada pela presença: de grandes condomínios horizontais, com vasta área murada, produzindo grandes enclaves, densamente arborizados, preconizando a natureza como qualidade de vida; centros de consumos à beira das rodovias, ofertando uma diversidade de serviços, beneficiados pelos deslocamentos regionais; e grandes complexos industriais. Estes novos elementos,

contrastam com a paisagem de áreas ainda rurais e bairros residenciais extremamente precários. Sobre a desigualdade que se forma, Villaça (1998) argumenta que a segregação é resultado da união do padrão de incorporação imobiliária ao isolamento de tendência antiurbana e ao primado do espaço privado da cidade contemporânea e considera este processo como um processo dialético, derivado da luta de classes, em que o isolamento de um provoca a exclusão do outro. O surgimento, ao fim do século XX, da cidade difusa, localizada entre a cidade dos ricos e a cidade dos pobres (SECCHI, 2019), junto ao desmonte do *Welfare State*, acelera radicalmente a divisão da classe média em extremos, potencializa homogeneidade e a segregação e alimenta comportamentos produtores de exclusão na sociedade.

A dispersão é a forma de cidade a partir da sociedade mais fortemente individualizada, trancada em uma ideologia do enraizamento e da identidade; com um zelo extremo pelo privado, pela intimidade e familiaridade da vida cotidiano, do cuidado de si atenta a construção do próprio pequeno mundo local, que, por miopia ético-intelectual, se torna responsável, implícito e às vezes explícito, pelos aspectos mais cruéis da exclusão de quem provém de um mundo mais vasto e global (SECCHI, 2019:60).

Com mudanças nas estruturas socioeconômicas, se têm mudanças no que o autor chama de sistemas de solidariedade e intolerância. Assim, relaciona o medo e a insegurança à fragmentação espacial e à instabilidade. A ruptura, das formas de governanças e dos pactos de solidariedade, enquanto a negação da cidade, é caráter próprio da nova sociedade e das políticas e medidas que permitem a inclusão ou a exclusão, podendo ser representadas, por exemplo, pelas favelas e condomínios fechados. É este local, este território complexo, que Secchi (2019) relaciona ao individualismo, à dissolução da cidade, à democratização do espaço e à perda de ordem social — fatores relacionados, segundo o autor, da emergente autonomia do sujeito e da dialética da segregação.

3. O Indivíduo da Cidade Contemporânea

O indivíduo muda junto com o seu contexto e a substituição do indivíduo cosmopolita da cidade moderna pelo indivíduo contemporâneo, é explicada por Secchi (2007), que descreve o ambiente deste indivíduo como “vastas áreas urbanizadas onde prevalece a casinha unifamiliar com jardim, mais do que uma utopia burguesa, (...) no qual a autonomia do sujeito cotidiano e a democratização do espaço têm a possibilidade de se exprimir, em modos também extremos”. Para Sennett (2020) há uma alteração na relação entre os indivíduos, podendo ser caracterizado por uma maior complexidade das estruturas de classe, e por uma degradação ética da cidade (ou da ética civilizatória), isto é, o que fundamenta a consciência do indivíduo acerca da presença de outras pessoas, os diferentes, a quem lhe é estranho. A quebra desta ética, para o autor, separa e isola as diferentes classes sociais no espaço.

A mudança de perspectiva é notável, ressaltada, por exemplo, por Jacobs (2000), que explicava a cidade como produto da vida comunitária, dos laços sociais, da vida cotidiana e das aspirações pessoais. As relações, esmiuçadas pela autora, onde havia a mistura e o convívio no espaço público, não são mais as mesmas — a vida cidadina mudou. Neste sentido, Sennett (2015) explica esta transformação, de uma cidade tradicional, cosmopolita e unida, não por laços familiares ou de intimidade, mas por vínculos como o senso de povo, o que organizava e dava coesão à sociedade. Parecia haver um compromisso mútuo entre desconhecidos que podem ser resumidos pela ética civilizatória e o espírito republicano. As transformações sociais se iniciam com o indivíduo da cidade moderna, que surge do paradoxo das barreiras entre a vida pública e a vida íntima no início da modernidade e da experiência urbanita. Para o autor houve, no início do século passado, a difusão de hábitos de sociabilidade da classe média com a construção de parques e espaços urbanos e que, por outro lado, a democratização do espaço público também cria seu oposto, a privacidade. É também neste momento que a família se torna o refúgio contra os terrores da sociedade, medindo por uma régua moral as diferenças entre a vida pública, moralmente inferior, e a vida e a estabilidade familiar (SENNETT, 2015).

No entanto, com a mudança do panorama socioeconômico e o individualismo, emergem o que o autor chama de “comparações odiosas”, que ressaltam as diferenças, aumenta a instabilidade e muda a maneira de vivenciar as diferenças de classe (SENNETT, 2020). Assim, para rejeitar o outro, o estranho, o indesejado, o autor explica que há, historicamente, duas formas: fugir dele ou isolá-lo, cada uma delas assume a forma de uma construção. Esta afirmação proporciona uma nova compreensão das formas urbanas adotadas na cidade contemporânea — tornando possível compreendê-las como estratégias, e não simplesmente como formas orgânicas espontâneas. Neste sentido, para Secchi (2019), o vizinho também se torna o outro (um estranho)

e, se tem a ruptura do sistema de solidariedade e o aumento da intolerância — em que o medo permeia a sociedade e a cidadania. Isto, segundo o autor, faz com que [...] o bom senso se esconda com medo do senso comum. Grande parte da heterogeneidade e da fragmentação espacial das cidades contemporâneas tem como origem uma contínua ruptura do sistema de solidariedade de um lado e o aumento da intolerância de outro (SECCHI, 2019:40).

A cidade contemporânea transformou-se no reflexo disso, ampliando a segregação socioespacial, fruto da visão da pessoa estranha em uma figura ameaçadora. Emerge deste contexto uma tendência antiurbana, (e, novamente) a busca pelo isolamento. Sennett (2015) discorre que esta tendência é fruto de ressentimento e desconfiança — desconfiança da economia, do poder, da burocracia e da impessoalidade que surgem no momento em que as promessas do *Welfare State* são descumpridas. E, sendo a cidade o local da impessoalidade burocrática, busca-se o isolamento, não tolerando a diversidade e a complexidade social (SENNETT, 2015). No mesmo sentido, para Harvey (1992) estes são sintomas da complexidade, da transitoriedade e da imaterialidade da pós-modernidade. Para o autor, a origem destes sintomas é o mesmo, a vida na cidade em crise e são causas da desconfiança e de ressentimento, cuja consequência é a frustração, a não correspondência, o desapontamento e o isolamento.

Foi o que aconteceu no último meio século. A comunidade se tornou ao mesmo tempo um retraimento emocional com relação à sociedade, e uma barricada territorial no interior da cidade. A guerra entre psique e sociedade adquiriu assim um foco verdadeiramente geográfico, que veio a substituir o antigo foco do equilíbrio comportamental entre público e privado. Essa nova geografia é a do comunal versus o urbano; o território dos cálidos sentimentos e o território da indiferença pessoal (SENNETT, 2015; :6760).

Por fim, denomina-se “pseudoespeciação” (SENNETT, 2015) o processo em que a comunidade, fundamentada em laços comunais extremamente emocionais, só reconhece a si mesma, desconsiderando outro e o mundo exterior, considerados menos reais ou autênticos. Como uma comunidade criada a partir do isolamento em comum. Assim, o sentimento de desconfiança dos outros e solidariedade a seus comuns, sentimentos opostos, são, neste processo, reunidos em fuga e isolamento da cidade (SENNETT, 2015;6744).

4. Considerações Finais

A pesquisa explora a complexidade de compreensão do espaço urbano contemporâneo pela relação entre o indivíduo e o espaço produzido, demonstrando como esta relação se alterou no decorrer do século XX com o surgimento do padrão de dispersão urbana e as alterações no panorama e contexto socioeconômico. A pesquisa ressalta que a segregação socioespacial, característica da cidade contemporânea, é agravada pela tendência antiurbana e pelo individualismo que caracteriza o indivíduo contemporâneo.

Dessa forma, a tendência de isolamento do indivíduo, a rejeição deste à imprevisibilidade e à diversidade, geram reflexos na produção do espaço urbano, cooptados pelo mercado imobiliário, materializados na forma de enclaves nas áreas periféricas, com diversos mecanismos de separação social. Ao assumir um caráter com tendência antiurbana, determinados grupos sociais, se afastam da cidade consolidada – *lócus* da diversidade, do encontro e da imprevisibilidade - buscando uma teórica qualidade de vida, longe do “caos urbano”. Para viabilizar este processo, mecanismo que lhe garantam um grau de isolamento se tornam fundamentais, como o transporte individual, o fechamento e o controle de acesso aos espaços frequentados. A segregação contemporânea, assim, não se apresenta apenas na tradicional dicotomia entre o centro e periferia. Embora distintos grupos sociais estejam habitando, do ponto de vista geográfico, espaços mais próximos, do ponto de vista social, estão cada vez mais distantes, separados por muros, cercas, vigilância e outros mecanismo de controle, que escancaram o desejo de convivência em espaços socialmente homogêneos.

Referências

Coelho, L. L. (2015). Dispersão, fragmentação e paisagem. Relações entre dinâmicas naturais e urbanas no vetor oeste da Região Metropolitana de São Paulo. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

- Davis, M. (2015). *Planeta favela*. Boitempo Editorial.
- Ferrara, L. D. A. (1996). Do mundo como imagem à imagem do mundo. SANTOS, Milton; DE SOUZA, M. Adélia; SILVEIRA, M. Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec.
- Hall, P. (2007). *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. Perspectiva.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna* (Vol. 2). Edições Loyola.
- Jacobs, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. Martins Fontes.
- Mori, K. K. (2004). A ideologia na constituição do espaço brasileiro. DÉAK, Csaba. SCHIFFER, Sueli Ramos. *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da USP.
- Reis Filho, N. G. (2006). *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. Via das Artes.
- SANTOS, M. (1994). O retorno do território. (In): SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Heutec.
- Santos, M. (2013). *A urbanização brasileira* (Vol. 6). Edusp.
- Secchi, B., & Pedro, M. R. (2006). *Primeira lição de urbanismo*. Perspectiva.
- Secchi, B. (2007). A cidade contemporânea e seu projeto. REIS, Nestor G.; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta S (coords.). *Dispersão Urbana. Diálogos sobre pesquisas Brasil-Europa*. São Paulo: FAU/USP, 111-139.
- Secchi, B. (2019). *A cidade dos ricos e a cidade dos pobres*. Belo Horizonte: Editora Âyiné.
- Sennett, R. (2015). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Editora Record.
- Sennett, R. (2020). *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Editora Record.
- Villaça, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. Studio nobel.